

22/8/2026 Recursos oriundos de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) firmados pelas Promotorias de Justiça Criminais de Taguatinga impulsionaram iniciativas sociais ao longo de 2025, destinando mais de R\$ 32 mil para reforçar a infraestrutura e a qualidade do atendimento em instituições voltadas a crianças, adolescentes e idosos. O montante, resultado de parcerias entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e organizações da sociedade civil, foi aplicado em projetos que buscam ampliar conforto, segurança e inclusão tecnológica para pessoas em situação de vulnerabilidade. Um dos principais beneficiados foi o Centro Educacional Cantinho da Paz IV, mantido pela Casa Transitória de Brasília. A entidade recebeu R\$ 14.420,73 para o projeto “Pátio Fresco: cobertura pátio – proteção e conforto para as crianças”. Com os recursos, foram instalados 25 toldos de sombreamento no pátio da creche, proporcionando proteção térmica e maior segurança às crianças de 4 e 5 anos. Outro projeto beneficiado foi o “Fortalece e Investe”, da Associação dos Idosos de Taguatinga, que recebeu R\$ 11.517,77. A verba foi usada para a compra de equipamentos como projetor multimídia, notebook, mesa de reuniões com cadeiras, armário de escritório, guilhotina e plastificadora, reforçando a estrutura administrativa e as atividades formativas oferecidas aos cerca de 100 idosos atendidos pela entidade. A Sociedade Espírita de Amparo ao Menor Casa do Caminho foi contemplada com R\$ 6.365,94 para o projeto “Inclusão à Tecnologia e Facilidades”. Os recursos permitiram a aquisição de teclados e mouses sem fio, uma televisão de 55 polegadas e uma capota marítima para o veículo da instituição, que atende 481 crianças de 0 a 5 anos, além de 14 crianças e 6 adolescentes abrigados. Para Wagner Lima Júnior, do Setor de Medidas Alternativas da Promotoria de Justiça de Taguatinga, essas iniciativas representam um impacto social relevante. “As parcerias do MPDFT com as instituições geram impactos positivos na comunidade, promovendo inclusão, dignidade e melhores condições de atendimento a públicos vulneráveis”. Foto: Divulgação/MPDFT